

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Tribuna da Imprensa (RJ) Class.: 14

Data 3 de setembro de 1985 Pg.: _____

Caridosos são investigados como 'anjos' do contrabando

BRASÍLIA — O presidente do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), Aderbal de Oliveira, vai levar o caso da "Sociedade Asas de Socorro" (acusada de envolvimento no contrabando de pedras preciosas do Brasil para os Estados Unidos) para ser examinado, hoje, pelo Conselho, em sua reunião mensal, que irá até sexta-feira.

Na verdade, segundo explicou o presidente do CNSS, nada existe de concreto, no Conselho, contra a "Sociedade Asas de Socorro", que em 1970 foi registrada como entidade filantrópica, passando a gozar de algumas vantagens, dentre elas a isenção de impostos, como aqueles que incidem sobre a importação. O Conselho, de acordo com Aderbal de Oliveira, é quem irá decidir se toma alguma atitude diante do noticiário sobre contrabando de pedras preciosas, onde também é citada a sociedade.

A "Sociedade Asas de Socorro", com sede em Anápolis, segundo documentação apresentada ao Conselho, em 1977, possui mais quatro setores de atuação, localizados em Boa Vista (Roraima), Araguacena (Goiás), Eirunepê (Amazonas) e Manaus. Em cada setor, conforme relato da entidade, a "Asas de Socorro" mantém um avião bem equipado para voo e piloto capacitado, para prestar, segundo seu relatório, assistência às entidades religiosas públicas e filantrópicas de cada região.

RIO BRANCO — O antropólogo Terri Vaie de Aquino, que trabalha há dez anos junto aos diversos grupos indígenas do Acre, sugeriu a intervenção do Exército

e da Aeronáutica para impedir que o grupo "Asas de Socorro" e a "Missão Novas Tribos" "continuem contrabandeando pedras preciosas para os Estados Unidos e envolvendo os índios nessas operações criminosas e nocivas ao País".

Ao tomar conhecimento de Teiez da Funai que proíbe a operação do Grupo "Asas de Socorro" no Acre e no Sul do Amazonas (onde a "Missão Novas Tribos" mantém sete núcleos em diversos pontos), pressupondo o envolvimento da instituição com o contrabando de pedras preciosas, o antropólogo disse que a Funai não terá condições de fazer nenhum controle.

Membro da Comissão Pró-Índio do Acre e Coordenador de Assuntos Indígenas da Fundação Cultural do Estado, Terri Aquino por várias vezes alertou às autoridades brasileiras para o envolvimento dos missionários com o contrabando de minérios. Ele afirma que os americanos vivem acampados na selva amazônica, comunicando-se com os Estados Unidos através de potentes rádios, e do grupo "Asas de Socorro", que utiliza aeroportos clandestinos.

As novas tribos estão localizadas nos rios Iaco, Envira e Gregório, no Acre, e nos rios Juruá e Ituí, no Amazonas. Segundo o antropólogo, os índios são dominados pelos missionários e chegam a ajudá-los, inocentemente, "no embarque de sacos de material colhido na floresta e camuflado com areia". Ele lembra que as missões "Novas Tribos" foram expulsas da Colômbia e da Venezuela, justamente pelo envolvimento

no contrabando de minérios, embora posteriormente tenham voltado.

Em 1976, o ex-prefeito do Município de Feijó, o militar reformado Antônio Paiheta, chegou a denunciar em relatório encaminhado à Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) que os missionários no Rio enviaram para os EUA, em pequenas aeronaves, grande quantidade de "areia monazítica".

BRASÍLIA — O indigenista Aivaró Villas-Boas tomará posse hoje na presidência da Funai, em substituição a Gerson da Silva Aives, que ocupava o cargo desde abril. Com a nova presidência, o órgão inicia uma completa reformulação administrativa, voltada para o fortalecimento das delegacias regionais, de acordo com o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto.

Gerson Aives pediu demissão em caráter irrevogável, para tratar de problemas pessoais. Ele havia acertado com o Ministro, há cerca de um mês, que aguardaria apenas o resultado da auditoria administrativa e financeira promovida no órgão para se afastar. Segundo Costa Couto, a auditoria revelou várias irregularidades, como contratações ilegais de funcionários e má aplicação de recursos. Nada, porém, que comprometa a idoneidade moral do ex-presidente.

Ao despachar ontem com o presidente José Sarney, o Ministro do Interior obteve a liberação de Cr\$ 22 bilhões destinados a projetos agrícolas, de saúde e educacionais nas áreas indígenas. Também expôs a nova política indigenista que vigorará daqui para frente.